

## Votação no Legislativo que pode mudar a Lei Kiss gera polêmica no RS

Proposição permite que técnicos industriais de nível médio com registro no conselho regional da categoria sejam responsáveis pelo projeto e execução de PPCIs

Publicado por

[Ricardo Pont](#)

-

14/04/2022 - 21:56



Foto: Laira de Souza Sampaio / CP Memória

Com tramitação concluída na Assembleia Legislativa, o Projeto de Lei Complementar 39/2020, prevendo mudanças na Lei Complementar 14.376/2013, conhecida como Lei Kiss, pode ser votado em breve, se obtiver acordo de líderes. A proposição, do deputado estadual Papparico Bacchi (PL), permite que técnicos industriais de nível médio com registro no conselho regional da categoria sejam responsáveis pelo projeto e execução de Planos de Prevenção e Proteção contra Incêndios (PPCIs). Engenheiros e arquitetos fazem pressão contrária, por entenderem cabe a um profissional de nível superior, compatível com a função, elaborar o documento.

A presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul (Crea-RS), Nanci Walter, salienta que a AL não pode acolher um PLC que trata de atribuição profissional. “É uma prerrogativa da União, há um decreto federal que regula isso. Os técnicos em edificação podem elaborar o Plano Simplificado de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PSPCI) de um pavimento de até 750 metros quadrados de área. Não requer responsável técnico e não precisa alterar a legislação”, explica a engenheira ambiental.

Nanci alega que não se trata de desvalorizar ou rebaixar a categoria abrangida na alteração da lei. “Não é medir quem é mais capaz, mas sim, uma questão de competência curricular. Passamos por

mais de 5 mil horas de formação de curso, enquanto o técnico cursa em torno de 900 horas/aula. PPCI não deve ser elaborado por técnico em nível médio. Isso sempre foi claro”, frisa.

O diretor do Sindicato dos Engenheiros no RS (Senge-RS), João Leal Vivian, considera que, apesar dos esforços no contexto da prevenção a incêndios após a tragédia da boate Kiss, em Santa Maria, em 2013, o que se enxerga hoje são “ataques à lei”, como a alteração que vai a votação no Legislativo gaúcho.

“Ao longo desses nove anos, vimos modificações que precarizaram a legislação. Somos contrários à mudança que não é uma simples adequação, como já se disse”, justifica. Para ele, cada medida de proteção a ocorrências como a que resultou na morte de 242 pessoas em 2013 e deu nome à lei, está atrelada a um conhecimento específico. “O assunto é complexo. Trata-se de uma simples alteração na legislação de um tema que não é simples”, acrescenta.

Representando outra categoria que também se responsabiliza pela elaboração de PPCIs, o presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CAU/RS), Tiago Holzmann da Silva, também se declara contrário à mudança na lei estadual. “Precisamos defender a sociedade, que fica em risco se esse projeto for aprovado. É muito grave, não sei que força e lobby foi feito para que essa proposta absolutamente irresponsável prospere”, enfatiza.

O arquiteto e urbanista nega que faltem profissionais para elaborar o documento. “É uma falácia, temos mais de 70 mil arquitetos e engenheiros no Estado. A intenção é de baratear custo para um projeto de segurança. É inaceitável. Já existe profissional e deve ser cumprida. A AL não pode para mudar isso, é inconstitucional”, reforça.

### **Correção de uma “injustiça”, avalia deputado**

Engenheiros e arquitetos prometem buscar uma reversão na Justiça caso o projeto seja aprovado na Assembleia. No entanto, o autor da proposta, deputado Papparico Bacchi, garante não haver motivo para as reivindicações.

“Acontece é que foi criado um Conselho Nacional dos Técnicos Industriais (CTF) e os profissionais deixaram e habitar as duas categorias e perderam o direito de fazer os seus laudos que, aliás, terão suas limitações. A área de abrangência dos técnicos vai ser muito menor que as das duas outras profissões”, justifica o parlamentar.

Bacchi alega haver “uma injustiça com milhares de técnicos”, que hoje não conseguem cumprir um dever. “Não há nada de extraordinário, é apenas uma correção de uma lei que já existia e que estamos devolvendo a eles o direito de fazer o que já fizeram”, pontua.

O projeto passou por três comissões na AL, sendo sempre aprovado. Recentemente, o PLC obteve unanimidade na Comissão de Economia, Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (CEDS). Segundo o parecer do relator, deputado estadual Dalciso Oliveira (PSB), a mudança é necessária, a fim de que se faça uma “mera adequação legislativa”.

“Antes da promulgação da Lei Kiss, os técnicos industriais pertencentes ao Crea-RS realizavam as atividades de projeto e execução de PPCIs, gerando ARTs (Anotação de Responsabilidade Técnica)”, escreveu. Antes de ser aprovada na Comissão de Economia, a proposta já havia recebido aval das Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e Segurança e Serviço Público (CSSP).

### **Expectativa**

O gerente-geral do Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Rio Grande do Sul (CRT-RS), Maurício Flores, aguarda com expectativa a votação, que pode ocorrer já na próxima semana. “Até 2018, pertencíamos ao sistema que em está inserido o Crea-RS. Éramos discriminados lá, mas atuávamos em projetos de PPCIs e milhares de ARTs eram assinados por nós. Após a tragédia da

boate Kiss foi criada uma legislação específica no RS, que definiu que engenheiros e arquitetos devem ser os responsáveis”, lembra.

Flores explica que, com isso, a categoria buscou a mudança junto aos parlamentares. “Em todo o Brasil, nós fazemos PPCIs, mas não são todos os técnicos que podem fazer. É muito frequente executarmos uma obra e o engenheiro, que muitas vezes nem sabe onde é a obra, vai apenas assinar. A sociedade perde com isso, aumenta o custo. Há uma reserva de mercado”, garante.

A presidente do Crea-RS, Nanci Walter rechaça a informação de que os técnicos sejam os reais executores dos planos de prevenção Brasil afora. “É inverídica essa afirmação”, rebateu.

FONTE [Correio do Povo](#)  
[Ricardo Pont](#)

## ARTIGOS RELACIONADOS



### [Vetos de Bolsonaro estão na pauta de sessão conjunta do Congresso](#)

28/04/2022 - 08:41



### [Bolsonaro critica Barroso e acusa ministro do STF de mentiroso: “É...](#)

27/04/2022 - 19:39



## **STF forma maioria para derrubar decreto de Bolsonaro sobre fundo ambiental**

27/04/2022 - 19:30



### **SOBRE A RÁDIO**

Este site nasceu no aniversário de 61 anos da emissora. O seu objetivo é fortalecer e ampliar a comunicação com os Guaibeiros, trazendo mais tecnologia, dinamismo, sem perder a essência e credibilidade da marca Rádio Guaíba.

Nossas contas oficiais

© 2018 - Rádio Guaíba. Todos os direitos reservados

[WP Twitter Auto Publish](#) Powered By : [XYZScripts.com](#)

Sair da versão mobile